

MARINGÁ: A CIDADE ROTULADA COMO “CIDADE VERDE”

Samira Soledad Gongora Picoli*
Leonir Borges**

RESUMO: O artigo procura mostrar e discutir a prática e não-prática do planejamento urbano e ambiental da cidade de Maringá - PR, especificamente no tocante às áreas verdes denominadas Parque do Ingá, Bosque II e Horto Florestal, e à degradação a que estas estão submetidas.

PALAVRAS-CHAVE: Meio ambiente; Preservação; Degradação

MARINGÁ: THE CITY KNOWN AS “GREEN CITY”

ABSTRACT: The article tries to present and discuss the practical and the non practical side of the urban and ambiental planning of the city of Maringá-Pr, specifically the green areas named as Park of Ingá, Wood II and Horto Wood, and the degradation that those are submitted.

KEYWORDS: Environment; Preservation; Degradation.

INTRODUÇÃO

Cresci ouvindo falar e com isso criei a imagem de que Maringá é uma cidade planejada, verde, ambientalmente correta, e que preserva grande porção de áreas nativas no seu perímetro urbano. Durante a graduação - arquitetura e urbanismo -, tive a oportunidade de conhecer através de estudos diversas cidades planejadas, mas nenhuma tão especial e bela como Maringá. No entanto, estou acompanhando a questão e vendo que as propaladas áreas verdes estão sendo deixadas de lado, não estão sendo conservadas. É muito difícil que uma área verde seja sustentável

* Discente do curso de especialização em Planejamento Ambiental no Centro Universitário de Maringá - CESUMAR; Graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Filadélfia - UNIFIL.

** Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM; Especialista em História e Sociedade pela Universidade Estadual de Maringá - UEM; Docente do curso de especialização em Planejamento Ambiental no Centro Universitário de Maringá - CESUMAR. E-mail: leonir_borges@zipmail.com.br

a partir do momento que a população destrói e polui o meio e os órgãos públicos, em conjunto com a sociedade civil, nada fazem.

A situação chegou a um ponto em que não adianta fechar os olhos, o descaso com as principais áreas verdes da cidade começa a ser sentido por todos nós: poluição, mau cheiro do esgoto e do lixo, e tantas outras conseqüências de um ambiente mal-cuidado.

Os administradores trabalham um *marketing* em torno da arborização e das áreas verdes da cidade de Maringá, mas não colocam em prática políticas voltadas à sua preservação. Assim como a água é um bem finito para os seres humanos, se as áreas verdes não forem bem cuidadas a situação chegará a um ponto em que o próprio ser humano destruirá o seu meio ambiente.

Maringá conta atualmente com várias áreas verdes protegidas por lei, destacando-se entre elas: Bosque I (Parque do Ingá); Bosque II (Parque dos Pioneiros) e o Horto Florestal, totalizando 143 ha, representando 0,3% da superfície total do município e situados na zona sul da cidade. Essas áreas consideradas como reservas representativas da antiga vegetação que cobria a região noroeste do Estado do Paraná e que visam também servir de base de estudos futuros, vem sofrendo com processos erosivos nos seus interiores, cada vez mais intensos, originados pelo lançamento indiscriminado das águas pluviais captadas das regiões de seus entornos. Essas áreas verdes funcionam como bacias de recepção natural e, por conta disso, são intensificados os processos aí existentes (ZAMUNER, 2001, p. 19).

Este artigo tem por finalidade mostrar e discutir em linhas gerais a prática e a não-prática do planejamento urbano e ambiental no perímetro urbano de Maringá e a degradação a que são submetidas as áreas verdes, especificamente as denominadas Parque do Ingá, Bosque II e Horto Florestal. Para tanto, o trabalho se organiza da seguinte forma: faz-se breve histórico da ocupação da cidade de Maringá, a fim de introduzir algumas informações importantes para conhecimento geral sobre a cidade; em seguida serão relatadas as pesquisas feitas sobre as áreas verdes da cidade, com foco no Parque do Ingá, Bosque II e Horto Florestal; e finalmente, fazem-se as devidas considerações sobre o assunto.

2 BREVE HISTÓRICO DA CIDADE DE MARINGÁ

A colonização no Norte do Paraná aconteceu de forma destrutiva, segundo Paula (1999),¹ acabando com o ecossistema existente. A Companhia Melhoramentos

¹ Para maiores informações sobre o histórico da cidade de Maringá consultar: DIAS, Reginaldo Benedito;

do Norte do Paraná (CMNP) poderia ter evitado esse descaso. Uma das cláusulas do contrato de compra das terras estabelece que deveriam ser preservados 10% da mata, mas ao revender, os novos proprietários não cumpriram a legislação. Apenas as terras pertencentes à Companhia permaneceram “preservadas”.

Fundada pela empresa Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, no ano de 1947, Maringá se transformou em município em 1951, desmembrando-se da cidade de Mandaguari. Mesmo sendo uma cidade bem planejada pelo projetista Jorge de Macedo Vieira,² ela teve um crescimento acelerado, e com isso surgiram diversas cidades periféricas para suportarem o seu crescimento. Entre essas cidades estão Sarandi, Paçandu e Mandaguari, não sendo afetadas, em termos de crescimento, as áreas verdes urbanas planejadas para a cidade de Maringá. (PROJETISTA..., 2005).

Segundo Bianchini, em entrevista, ao jornal *Paraná Shimbun* (ESPECIALISTAS..., 2004) “Maringá foi projetada como cidade moderna, respeitando a ecologia”. Luz (1999) explica que Maringá recebeu esse nome de uma canção de Joubert de Carvalho, composta em 1931, que retratava o drama das secas no Nordeste e falava de uma imigrante chamada Maria do Ingá, “a cabloca Maringá”. Por ser popular e cantada pelos desbravadores do Norte do Paraná, o nome *Maringá* foi escolhido, em uma reunião, para ser o nome da “Cidade Canção”.

Maringá também é conhecida como “Cidade Verde”, por possuir áreas verdes no perímetro urbano: o Horto Florestal, o Bosque II e o Parque do Ingá. A cidade conta com mais de 14 bosques, cerca de 100 alqueires de matas nativas, se somadas as árvores das ruas, praças e avenidas, totalizando 26,65 metros quadrados de área verde por habitante (MARINGÁ..., 2006).

Nas primeiras décadas da existência da cidade de Maringá, de 1947 até 1970, a ocupação era baixa, e grande parte do espaço urbano era desocupada. Entre os anos de 1971 e 1989 acelerou-se o crescimento urbano, ocasionando grande verticalização de uso residencial e aumento da população urbana. Depois de 1990 a densidade e a ocupação populacional permaneceram iguais, sem o significativo crescimento dos anos anteriores (PMM/SEDUH, 1996 apud ZAMUNER, 2001).

Depois dos anos de expansão da área central da cidade, Maringá, segundo Zamuner (2001), começou a expandir-se, a partir dos anos 90, para as áreas de encostas, as quais não são favoráveis para ocupação, por terem relevo inclinado, ocasionando-se assim diversos problemas ambientais. Para complicar o problema surge a especulação imobiliária, que programa diversos conjuntos habitacionais de baixa e média classe em torno das áreas de fundo de vale e das encostas.

GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de história regional.** Maringá, PR: Eduem, 1999.

² Jorge de Macedo Vieira, engenheiro, nasceu em 05 de agosto de 1894, em São Paulo - capital, e foi o autor do projeto urbanístico da cidade de Maringá. Ele morreu em 1978 sem nunca ter vindo à Região Noroeste do Paraná (PROJETISTA..., 2005).

Segundo Mendes e Benaduce, “o planejamento inicial definido pela CMNP não foi seguido, e isto se deveu à forte especulação imobiliária que a cidade experimenta desde a sua implantação” (1990 *apud* ZAMUNER, 2001, p. 81-82).

Para Luz (1999), a Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, à medida que promovia a colonização e loteamento das glebas de sua posse, ia estendendo todas as vias de acesso, com isso implantando os chamados núcleos urbanos ao longo da estrada principal, formando o espigão³ que corta toda a região.

Lembram Noelli e Motta (1999) que na cidade de Maringá e no Norte do Paraná, no processo de colonização, adotou-se a prática de

[...] expulsar, destruir e confinar as populações indígenas que viviam nessas regiões. Da mesma maneira que substituíram as populações indígenas por brasileiros e migrantes de outros países, também foi necessário destruir a rica floresta do Paraná para implantar o modelo econômico agropastoril das monoculturas e da criação extensiva de gado. No interior dessas áreas predominantemente florestais, os Guaraní, Xokleng e os Kaingang realizavam uma sofisticada e produtiva agricultura de diversos cultivares, de baixo impacto ambiental e adaptada aos ciclos biológicos naturais (NOELLI; MOTTA, 1999, p. 6-7).

Para a concepção da cidade de Maringá foram determinadas linhas-mestras traçadas por Cássio Vidigal, e foi estabelecido que o plano geral e o traçado da cidade fossem feitos pelo engenheiro Jorge Macedo, a quem foram enviados dados indispensáveis sobre a vegetação, o clima e a topografia da região. De posse desses dados, Macedo pôde projetar a cidade com uma concepção avançada para a época (LUZ, 1999).

Jorge Macedo Vieira, em entrevista concedida ao Jornal O Diário, relata que, ao elaborar o projeto da cidade de Maringá, pretendia seguir um processo moderno, que acompanhasse ao máximo o terreno, e fazer um pré-traçado estabelecido por zoneamento devidamente estudado, de modo a haver parques, lugares de lazer, onde tudo fosse muito bem caracterizado. “*Parece que conseguiu*” - afirmou ele (PROJETISTA..., 2005). Sobre alguma curiosidade do projeto de Maringá, respondeu que:

[...] a curiosidade que tem é que eu projetei dois parques com o seguinte sentido: mostrar às gerações que viessem depois que a cidade estivesse construída o que era Maringá antes de ser uma cidade grande. Era uma mata virgem e de mais a mais sinto amores pela cidade. Maringá não deve ter tanta poluição como o resto do mundo. Deve ter uma área verde mais ou menos de 30 alqueires.

³ Espigão, segundo Houaiss e Villar (2004), haste pontiaguda, parte mais elevada de uma serra ou de um muro, ângulo formado pelo encontro das águas do telhado, arranha-céu.

É uma cidade com um grande espaço verde per capita (PROJETISTA..., 2005, p. 4-A).

Também em entrevista ao jornal O Diário de Maringá, o arquiteto Aníbal Verri diz:

[...] as ruas obedeciam à topografia do terreno, seguindo as curvas de nível e preservando as áreas de fundo de vale. A planta original de Maringá também reservava o espaço para a criação do Parque do Ingá e do Bosque II, criados por Macedo para mostrar às gerações futuras a vegetação existente na região e servir como “pulmões” da cidade. Ao lado das duas reservas, Macedo idealizou áreas residenciais (CIDADE-JARDIM..., 2005, p. 5-A).

Portanto foram projetadas no desenho original de Maringá, por Jorge de Macedo Vieira, três áreas ecológicas para formarem um verdadeiro “pulmão verde”. Essas áreas (já mencionadas) são:

- Horto Florestal Dr. Luiz Teixeira Mendes, área privada pertencente à Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, com 17,5 alqueires;
- Bosque I ou Parque do Ingá, área pública aos cuidados da prefeitura de Maringá, com 19,5 alqueires, o qual sofreu urbanização em 1970, tornando-se um ponto turístico e área de lazer;
- Bosque II ou Parque Florestal dos Pioneiros, também área pública da prefeitura, com aproximadamente 25 alqueires (HISTÓRIA..., 2006).

3 A SITUAÇÃO DAS ÁREAS VERDES DE QUE TANTO OS MARINGAENSES SE ORGULHAM

3.1 PARQUE DO INGÁ

O Parque do Ingá chamava-se Bosque I, denominação original dada por Jorge de Macedo Vieira. Através da Lei Municipal n.º 803/70 o parque passou a se chamar Dr. Etelvino de Oliveira. Em 13 de outubro de 1971, por força da Lei Municipal n.º 880/71, esse parque florestal passou a denominar-se Parque do Ingá, devido à grande quantidade de árvores da espécie “ingá” que existiam no seu interior (JABUR, 2002).

Entre os anos de 1947 A 1970 o hoje Parque do Ingá foi abandonado, como nos relata Meneghel (2003)⁴, ficando totalmente exposto à depredação, sendo alvo de lenhadores e caçadores. Um fato interessante é que as minas de água

⁴ De forma pormenorizada cf. Meneghel, Teresa. **Parque do Ingá problemas ambientais começaram há 40 anos**. Prefeitura Municipal de Maringá, dezembro 2003.

existentes dentro do parque serviam de reduto para as dezenas de lavadeiras que dependiam desse serviço para o sustento da família.

O processo de verticalização da cidade de Maringá, devido à construção de prédios comerciais e residenciais, e o adensamento de ocupação da Zona 01, são exemplos da intensa ocupação⁵ do solo que afeta a condutividade hidráulica. O rebaixamento da linha férrea para a construção do Novo Centro e a impermeabilização do solo acarretaram também a penetração de água para alimentar o lençol freático, trazendo como consequência, entre outras, o impedimento de recarga do lençol que abastece as nascentes do lago situado dentro do Parque do Ingá (GÔNGORA, 2004).

Segundo Meneghel (2003), à época da criação do parque apenas 3% da água desciam para a mata, porque a maior parte infiltrava-se diretamente no solo. Os problemas surgiram a partir do momento em que se iniciou a pavimentação asfáltica e a construção de edifícios comerciais e residenciais. A água começou a correr em um considerável volume para dentro das reservas, provocando erosão.

Para Zamuner (2001 apud MENEGBEL, 2003), o processo de erosão⁶ que ocorre dentro do Parque do Ingá iniciou-se em meados da década de 1960, devido à pavimentação asfáltica da região central da cidade. Quando a Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná projetou o escoamento das galerias pluviais para as áreas de fundo de vale, onde ficam os bosques, desencadeou-se todo o processo da erosão.

O sistema de escoamento superficial das águas pluviais da bacia de contribuição, realizada através das galerias, foi concentrado e conduzido até o Parque do Ingá como única opção técnica, provocando com isso os impactos do ravinamento⁷ e erosão nas duas laterais do Parque (Avenida laguna e Avenida São Paulo) (GÔNGORA, 2004,19).

O ritmo acelerado de crescimento e a falta de planejamento a longo prazo estão prejudicando a preservação do Parque do Ingá. Gôngora (2004), em seu relatório, diz que a impermeabilização⁸ do solo é um fator determinante na recarga do lençol freático que afeta o nível do espelho de água do Parque do Ingá, além do ritmo climático e da falta de controle de entrada de água pelas galerias pluviais.

⁵ Taxa de ocupação, segundo código de obras lei municipal 331/99, relação entre a projeção da edificação sobre o terreno e a área do lote, expressa em valores percentuais. Ou seja, o espaço que a construção ocupa sobre o terreno.

⁶ Erosão, segundo Houaiss e Villar (2004), desgaste do solo por agentes externos como vento, chuva, etc., corrosão.

⁷ Ravina, segundo Houaiss e Villar (2004), escoamento de grande quantidade de água por uma encosta, depressão no solo produzida por esse escoamento; barranco.

⁸ O índice de impermeabilização é determinado através da expansão dos núcleos urbanos, levando-se em consideração a área construída das edificações e de pavimentação de ruas e calçadas ao longo dos anos (TUCCI *et al.*, 2000 apud ZAMUNER, 2001, p. 116).

A escassez de água no espelho de água do Parque do Ingá, segundo Meneghel (2003), é resultado da alta concentração de calçadas na região central da cidade, conforme demonstram estudos geológicos realizados. Com 91% do solo impermeabilizados pelo concreto e o cimento das calçadas, as águas das chuvas não conseguem penetrar no solo, o que impede o abastecimento das nascentes do parque.

Para Romagonolo e Delariva (2000), muitas pessoas pensam que o Parque do Ingá é apenas um local de recreação e lazer, exercendo a função de um *shopping center*. Isso pode ser observado com a colocação de orelhões em formatos de animais servindo de atrativos para a entrada de pessoas no parque, enquanto lá dentro os animais e a flora convivem com lixo, erosão, mau cheiro e outros problemas.

A Prefeitura de Maringá realizou em 1994 o Plano de Manejo do Parque do Ingá, apresentando diversos objetivos: proteger a floresta existente, recuperar as áreas alteradas, proporcionar oportunidades para pesquisas em diversas áreas sem provocar alterações no ambiente natural e recreação com educação ambiental.

A poluição não se dá somente por culpa do poder público; segundo Romagonolo e Delariva (2000), as pessoas não apresentam conscientização, a população visitante contribui para a depredação do parque, e, apesar do grande número de lixeiras colocadas em diversas regiões do parque, encontram-se garrafas, copos e outras embalagens jogadas nas trilhas, dentro do lago e das jaulas dos animais.

De acordo com Meneghel (2003), os problemas ambientais iniciaram-se há 40 anos, e não surgiram da noite para o dia, mas resultaram da ausência de planejamento e de preocupação ambiental por parte dos órgãos públicos durante cinco décadas de existência do município. A cidade veio crescendo sem levar em conta que os recursos naturais devem ser conservados.

3.2 BOSQUE II OU PARQUE FLORESTAL DOS PIONEIROS

Uma das maiores reservas ecológicas da cidade de Maringá é o Bosque II, onde se encontram variadas espécies da flora e da fauna, algumas em vias de extinção, as quais servem também como lazer contemplativo da população (ZAMUNER, 2001).

De acordo com o Decreto Municipal 1.556/82, o Bosque II é Área de Preservação Ambiental, com área de 59ha. Situado na zona central da cidade de Maringá, é um ponto de despejo das galerias pluviais da malha urbana que está em seu entorno. Recebeu o nome de “Parque Florestal dos Pioneiros” pela Lei Municipal 1.649/83.

A Câmara Municipal de Maringá decretou, no ano de 1982, através da Lei 1.556/82, que o Bosque II seria área de preservação permanente. Dois anos depois, em 1984, revogou a mesma lei e autorizou a urbanização e a recuperação ambiental, prevendo inclusive construções arquitetônicas, como um hotel, dentro do Bosque. Devido a diversas manifestações, acabou-se deixando de lado esse projeto. Posteriormente, na

década de 1990, a Lei Orgânica do Município estabeleceu que o Bosque II é uma área de preservação permanente (ROMAGONOLO; DELARIVA, 2000).

O fato de ser uma APA (área de preservação) assegurada pela Lei Federal 4771/65 não foi o suficiente para impedir desmatamentos. Na ala norte foi construída uma pista de “moto-cross”, inaugurada no dia 18/04/1976, e ainda, na ala sul foi construída a Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira – JK, inaugurada em 26/06/1976, com extensão de 8km, fazendo ligação entre a Zona 02 e a Zona 04 (ZAMUNER, 2001).

Em estudos realizados por Zamuner (2001), verifica-se que a área do entorno do Bosque II está com sua maior edificações e pavimentação. Dentro do Bosque localiza-se a cabeceira de drenagem que dá origem ao córrego Cleóprata, afluente do ribeirão Pingüim, da bacia hidrográfica do rio Ivaí. parte impermeabilizada artificialmente por Zamuner (2001, p. 178), nas considerações finais de sua pesquisa, relata-nos que a bacia do córrego Cleóprata, onde se encontra o Bosque II:

Apresenta 49,13% (dados computados até março/2000) da sua área total impermeabilizada por processos artificiais por meio de edificações e pavimentações. Se considerarmos que o parque corresponde a 17,93% da superfície total, a porcentagem da área permeável dentro da mesma é estimada em 33%, o que deve ser mantido pelas leis de uso e ocupação do solo. A zona 01 mostrou-se como sendo a mais impermeabilizada (92,8% da sua área) e a zona 20 (4,5% da sua área) a menos impermeabilizada.

O despejo das galerias pluviais dentro do Bosque II é realizado de forma inadequada, fazendo surgirem processos erosivos que estão evoluindo de forma acelerada, comprometendo o local e sua zona periférica. Com isso acontecem diversos fatores que alteram significativamente as características físicas, químicas e bacteriológicas dos corpos d’água; como: o carreamento pedológico retirado dos processos erosivos, a sedimentação do córrego Cleóprata e a entrada de sedimentos sólidos vindos da drenagem urbana. Para Zamuner (2001, p. 20),

O Parque Florestal dos Pioneiros – Bosque II, revela a falta de critérios técnicos, políticos e de gerenciamento ambiental em áreas urbanas e evidencia ainda, a necessidade de um planejamento integrado de áreas ambientais, visando o desenvolvimento econômico e social em um meio ambiente equilibrado.

Zamuner (2001) identificou em seu estudo os prováveis focos de poluição causados pela drenagem urbana do Bosque II, tais como: aterro, áreas com material de empréstimo marginais ao corpo d’água, lagoas de estabilização de uma fábrica de alimentos e de

um curtume, despejo de resíduos provenientes do tingimento de roupa e de uma fábrica de refrigerantes, e retirada de matas ciliares através de queimadas.

Houve alterações na morfologia do leito do córrego que está dentro do Bosque II, devido ao processo de urbanização da cidade, e com isso nota-se uma redução na capacidade de escoamento desta área. Este escoamento é dificultado por troncos de árvores caídos existentes no interior da reserva, por uma antiga ponte de concreto destruída e pelo assoreamento imposto por sedimentos de diversas naturezas, além de outros fatores (ZAMUNER, 2001).

A Associação Comercial e Industrial de Maringá – ACIM (PREFEITURA..., 2006) noticiou que a prefeitura busca ajuda para salvar o Bosque II. Em entrevista, a diretora da Secretaria de Meio Ambiente, Lídia Maria da Fonseca Maróstica, disse que: “o maior obstáculo no combate às erosões que consomem a área de preservação ambiental é a falta de dinheiro”. Relatou ainda que o problema da erosão dentro do Bosque II é antigo, surgiu desde a urbanização da cidade, pois existe grande área impermeável nos arredores e toda a galeria pluvial deságua dentro do bosque, sendo isto consequência de um crescimento muito rápido da cidade de Maringá, que inviabilizou um processo de planejamento para a referida área.

3.3 HORTO FLORESTAL DR. LUIZ TEIXEIRA MENDES⁹

O engenheiro Luiz Teixeira Mendes foi o responsável pela criação do Horto Florestal, cuja finalidade era preservar um pedaço de mata junto à cidade e também servir de escola para estudos científicos e produção de mudas para a arborização urbana da cidade de Maringá. (PREFEITURA..., 2006)

A preocupação da Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, para Kiouranis e Texeira (2000), não estava focalizada na preservação do meio ambiente, e sim, em uma paisagem esteticamente atraente para os futuros moradores da cidade de Maringá. Assim, mudas foram chegando de vários lugares e regiões do País, moldando a cidade de forma a torná-la mais agradável.

Apesar de o Horto ser uma instituição privada, segundo Roma *et. al.* (2006), este se encontra em estado de abandono. Em toda a extensão do lago e ao longo da reserva encontra-se muito lixo: caixas de sabão, papéis de bala, biscoitos, sacos plásticos, copos descartáveis, embalagens de detergentes e agrotóxicos, entre outros, além de esgoto a céu aberto, prejudicando todo ecossistema. Ainda é possível encontrar uma massa de vegetação nativa em grande quantidade e de algumas espécies que foram introduzidas. Encontram-se também animais livres, que estão sem cuidados.

⁹ Horto Florestal é de propriedade da Companhia melhoramentos do Norte do Paraná – CMNP. Mas a prefeitura possui responsabilidade conjunta com a CMNP na questão ambiental, pois o Horto foi considerado Reserva Florestal Municipal. Existem diversas discussões sobre quem é responsável pela área do Horto, até mesmo um processo judicial (Autos 726/2003).

Segundo pesquisas realizadas por Kiouranis e Texeira (2000), não é verdade que os bosques sejam parte da antiga mata nativa, como ficaram conhecidos. As plantas chegaram de diversas regiões do País, e o Horto Florestal serviria de local para a formação dessas mudas, que posteriormente constituiriam a arborização das avenidas e praças da cidade. Destarte, essa reserva, destinada a que as gerações futuras conhecessem a mata nativa, não passou de mero discurso e de leis abortadas.

O abandono do Horto Florestal, segundo o próprio advogado da Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, deve-se a um decreto municipal que transforma a reserva em área de interesse público e intocável (ZANATTA, 2003).

Os moradores das proximidades do Horto garantem que o entorno, e até mesmo o interior da reserva, tornaram-se locais para consumo de drogas e sexo. Isso está prejudicando a valorização das residências próximas, há diversos moradores que estão se retirando do bairro defronte à reserva, com medo (AZEVEDO, 2003).

Mesmo fechado por decreto judicial, o Horto ainda permanece como uma das referências ambientais da cidade de Maringá, mas a erosão e o despejo de resíduos industriais e domésticos ameaçam-no. Em relação às responsabilidades, a Justiça determinou o isolamento da área como obrigação do município e da sua proprietária. A identificação dos poluidores, a construção de dissipadores de energia e o controle das erosões são de responsabilidade do município (GATTI, 2005).

Nada está sendo feito quanto à preservação do Horto. Segundo Villalobos (2006), já passaram os prazos para cumprir a sentença proferida pela Justiça em 6 de outubro de 2005, a qual estabelece que o Município de Maringá realize a construção de novas galerias pluviais e dissipadores de energia, enquanto à proprietária cabe colocar em prática a elaboração de um plano de manejo direcionado ao Horto.

4 ALGUMAS DISCUSSÕES SOBRE OS PRINCIPAIS PROBLEMAS URBANOS NOS ESPAÇOS VERDES DE UMA CIDADE

Quando se aborda o tema urbano/ambiental, o controle, a manutenção e a requalificação dos espaços públicos - como as praias, os rios e as coberturas vegetais - devem ser objeto de estudo da gestão ambiental do território urbano, para que sejam encarados como patrimônio da sociedade e assim preservados de modo a serem desfrutados pelas gerações futuras e principalmente pelas atuais (BEZERRA, 2002).

Por adotar a prática de planejamento urbano, Bezerra (2002) relata que o Paraná ocupa a posição de referência nacional, por existirem grandes intervenções nas áreas de transporte urbano e viário, de planejamento ambiental e outras atividades ligadas ao conceito urbano-ambiental. Assim o Estado do Paraná tem boas condições de serviços e infra-estrutura física, social e ambiental, responsáveis pela qualidade de vida da sua população.

Com o processo de urbanização em uma cidade aumenta-se a demanda de água, o nível de resíduos líquidos e a contaminação nos corpos d'água que circundam a região urbanizada. Portanto a um crescente aumento nas áreas de desequilíbrio ambiental, que surge por meio das alterações ambientais que o homem faz no meio em que vive (ZAMUNER, 2001, p. 18).

Muitos autores comentam e relatam problemas para efetivar programas e projetos que são realizados para o desenvolvimento do meio ambiente e do meio urbano, principalmente os que são citados como sustentáveis. Para Haddad (2002), os projetos e os programas de desenvolvimento sustentável não apresentam falta de bases conceituais ou de estrutura organizacional para sua efetivação, mas sim, dificuldade político-institucional de aplicação.

O desenvolvimento desordenado de uma cidade pode ocasionar a degradação ambiental de áreas de preservação ou ainda a perda ou a destruição de ecossistemas inteiros; mas se forem usados recursos e/ou medidas para o retardo dessas ações e a diminuição da ocupação da população nessas áreas, os impactos vão sendo minimizados (ZAMUNER, 2001).

Para Roma e colaboradores (2006), o maior problema enfrentado na luta pela preservação ambiental é o desconhecimento, por parte da população, das conseqüências das ações do homem sobre o meio ambiente, de modo que essas ações trazem prejuízos ao meio ambiente.

Nas palavras de Roma e colaboradores (2006, p. 8),

O grande problema é que muitos seres humanos continuam vendo a natureza como algo indestrutível, como na Idade Média, extraindo tudo dela, sem cuidado. A cada tempo temos que ter uma atitude coerente. Ainda nos relata que não somos seres que olham a natureza de fora, mas somos parte dessa natureza, deste meio ambiente.

Apesar de Maringá ser uma cidade construída sob o *slogan* ecológico, para Kiouranis e Texeira (2000) ela apresenta diversos problemas ambientais que não são apresentados à população ou não são encarados de forma coerente pela administração pública, pois é ostentada a idéia de que Maringá é o “coração verde do Brasil”, construindo para a população uma ilusória propaganda e imagem de perfeição quanto às questões ambientais.

Com a vocação de pólo regional e com o desordenado e acelerado crescimento urbano de Maringá, a cidade vem sofrendo diversos problemas ambientais, mesmo sendo uma cidade que teve, em sua concepção, um planejamento urbano-viário inicial (ZAMUNER, 2001).

O poder público municipal, segundo Kiouranis e Texeira (2000), descreve o Bosque II e o Parque do Ingá como áreas de mata nativa que são protegidas por lei, contendo um plano de manejo aprimorado. **Quando ele se refere ao Bosque II, diz que é uma das últimas áreas remanescentes de vegetação típica da Região Noroeste do Paraná.** Não é relatado que já aconteceram no Bosque II inúmeros incêndios, que acarretaram a perda de parte da vegetação nativa, e com isso houve a implantação de espécies providas de outras regiões do País.

Já quanto ao Horto Florestal, existe uma ação da Promotoria obrigando à recuperação da reserva, mediante o isolamento da área e um manejo adequado. Mas a “ação prática” que se percebe é ora o Município culpar a CMNP pela degradação, ora a CMNP culpar o Município (MASSALLI, 2003). Enquanto isso, a preservação fica somente no papel, mas nada é concretizado na prática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Kiouranis e Texeira (2000), a propaganda feita em torno da qualidade de vida da cidade de Maringá e de sua arborização é uma forma de afastar a população local dos problemas e das preocupações com o ambiente em que vive e ao mesmo tempo servir de cartão postal para atrair turistas.

As áreas verdes da cidade de Maringá são mostradas à população como lugares ecologicamente corretos, algo de beleza admirável, mas não adianta ser belo e servir como *marketing* de crescimento da cidade se não há preservação. É finito, o verde acaba se não for devidamente preservado pelos órgãos públicos e a sociedade de um modo geral.

Constata-se, no entanto que, o mau gerenciamento da drenagem urbana e do saneamento básico confere às áreas verdes da cidade de Maringá, grau de degradação muito grande, pois as águas pluviais estão conjugadas com ligações de esgoto cloacal clandestino e estão sendo direcionados para essas florestas, caracterizando desta forma, negligência por parte da Prefeitura Municipal de Maringá e da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), como também dos órgãos estaduais (IAP – Instituto Ambiental do Paraná) e o Ministério Público, em que pese a perda de solo, desmatamento, poluições hídricas e do solo, processos erosivos e assoreamento (ZAMUNER, 2001, p. 175).

Devem-se rever as leis e principalmente a sua execução de uso e ocupação do solo do Município, pois, para não existirem problemas como os de drenagem pluvial, é preciso haver programação da densidade populacional para cada área

da cidade e estudos da capacidade de suporte de cada bacia hidrográfica, para assim se evitarem problemas futuros de impacto ambiental.

A população aceitou facilmente a formulação da idéia de que Maringá é uma “cidade verde”, afinal é de interesse de todos – ou quase todos – uma vez que isto deixa subentender que a cidade está preocupada com a preservação ambiental. Segundo Schwarz (1990), existe algo imaginário nesse conceito de preservação ambiental, e a simples presença de grande número de árvores paisagísticas não significa a devida proteção do meio ambiente da cidade de Maringá.

Existem diversos estudos, feitos por profissionais especializados em erosão e de outras formas de degradação ambiental, apontando os recursos necessários que poderiam ser aplicados para a recuperação e preservação das áreas verdes da cidade; mas falta conscientização do poder público e mobilização da sociedade para a efetiva preservação dos “pulmões verdes de Maringá”, de que tanto os maringaenses se orgulham, a que se aliam interesses político-econômicos que impedem ações concretas.

O custo para controlar esses processos antes que o desenvolvimento ocorra é muito menor quando são realizados estudos visando o planejamento de uso e ocupação do solo ou obras de infraestrutura antecipadas e ambientalmente corretas, ou seja, antecipando-se as tendências de ocupação e mitigando os seus efeitos através do planejamento urbano (2001, p. 175).

Fazer cumprir a legislação, a lei de ocupação e impermeabilização do solo e buscar todos os meios necessários para preservação e conservação das áreas verdes não são apenas medidas necessárias ao equilíbrio da natureza, mas também para melhor qualidade de vida dos atuais e futuros moradores da cidade de Maringá.

Para Zamuner (2001), que estudou em seu mestrado diversas leis ambientais de proteção e de uso do solo racional de recursos naturais, o Brasil tem condições e apoio legal para a implantação de planejamento ambiental e recuperação de áreas degradadas. Destarte, o município pode e deve fazer e executar leis quando constatado interesse local, em defesa do direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Existem diversos instrumentos de ação para a conservação das áreas verdes de um município ou de determinadas regiões, mas para as unidades de conservação de Maringá compreendidas pelos três parques abordados, Zamuner (2001) diz que normalmente são aplicados o Plano de Manejo e o Zoneamento Ambiental do município.

Devemos denunciar o abandono das áreas verdes de Maringá, através da mídia e de trabalhos feitos por profissionais que as estudam, uma vez que essas áreas são patrimônio da cidade, de seus habitantes e da humanidade.

Até quando as áreas verdes serão conservadas? Será que todo esse descuido é para justificar um futuro bem próximo à sua comercialização? A quem vão interessar os lucros: à Prefeitura? Ao Legislativo? Às imobiliárias? Às construtoras? Aos empresários? Aos especuladores? À população? A esta última pode-se afirmar com certeza que não.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, José Carlos de. Moradores lamentam o abandono do Horto. **Jornal O Diário de Maringá**, Maringá, 20 maio 2003. Disponível em: <www.odiariomaringa.com.br/noticia.php?not=25559&foto=20-05-2003>. Acesso em: 19 jul. 2006.

BEZERRA, Maria Lucila. Desenvolvimento Urbano Sustentável: realidade ou utopia. **Trabalhos para a discussão**, n. 140, jul. 2002. Disponível em: <www.fundaj.gov.br/tpd/140.html>. Acesso em: 26 abr. 2006.

CIDADE-JARDIM, o projeto que se tornou realidade. **Jornal O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, PR, 8 maio 2005. Folha 5. Ed. Especial Comemorativa ao aniversário de Maringá.

ESPECIALISTAS analisam problemas ecológicos. **Jornal Paraná Shimbun**, 22 jun. 2004. Disponível em: <www.paranashimbun.com.br/imprimir.asp?ver=Variedades&id=276>. Acesso em: 30 maio 2006.

GATTI, Murilo. Disputa judicial mantém Horto Florestal fechado. **Jornal O Diário de Maringá**, Maringá, 28 ago. 2005. Disponível em: <www.odiariomaringa.com.br/noticia.php?not=5620613&foto=28-08-2005>. Acesso em: 19 jul. 2006.

GÔNGORA, José Antônio Lima. **Relatório técnico sobre as causas do rebaixamento do nível de água da lagoa do Parque do Ingá**. Maringá: Prefeitura Municipal de Maringá, 2004.

HADDAD, Paulo R. **Agenda 21 Brasileira** – Versão Preliminar. Comissão de políticas de desenvolvimento sustentável e da Agenda 21 nacional – secretária – executiva, fevereiro 2002. Disponível em: <<http://www.radiobras.gov.br/ct/2002/notas>>. Acesso em: 2 jul. 2006.

HISTÓRIA de Maringá. Disponível em: <www.maringa.com/historia/historia.php>. Acesso em: 26 abr. 2006.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 2. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

JABUR, A. **Aspectos qualitativos do escoamento superficial na microbacia hidrográfica do córrego Moscados no município de Maringá**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

KIOURANIS, Neide Maria; TEXEIRA, Rosangela de Oliveira. Maringá – “Cidade Ecológica”. **Revista Teia**, dez. 2000. Disponível em: <www.pea.uem.br/teia/2000-dez/2.html>. Acesso em: 30 maio 2006.

LUZ, France. Maringá: A fase de implantação. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de história regional**. Maringá, PR: Eduem, 1999. p.123-140.

MARINGÁ, coração verde do Brasil. Disponível em: <www.tudomaringa.com/turismo/tur_ecologia.htm>. Acesso em: 30 maio 2006.

MASSALLI, Fábio. Omissão condena reservas florestais. **Jornal O Diário de Maringá**, Maringá, 14 out. 2005. Disponível em: <www.odiariomaringa.com.br/noticia.php?not=33603&foto=14-10-2003>. Acesso em: 19 jul. 2006.

MENEGHEL, Teresa. **Parque do Ingá problemas ambientais começaram há 40 anos**. Maringá: Prefeitura Municipal de Maringá, 2003.

NOELLI, Francisco Silva; MOTA, Lúcio Tadeu. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de história regional**. Maringá, PR: Eduem, 1999. p. 5-20.

PAULA, Zueleide Casagrande de. Verde que te quero ver-te. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de história regional**. Maringá, PR: Eduem, 1999. p. 407-428.

PREFEITURA busca ajuda para salvar Bosque II. **Notícias ACIM**, 06 Jun. 2006. Disponível em: <http://www.acim.com.br/?see=ver_noticias_locais&codigo=282>. Acesso em: 30 maio 2006.

PROJETISTA jamais conheceu Maringá. **Jornal O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, PR, 8 maio 2005. Folha 6. Ed. Especial Comemorativa ao aniversário de Maringá.

ROMA, Carla da Cruz et. al. Maringá ecológica?. In: CICLO DE DEBATES EM ECOLOGIA DE ÁGUA DOCE, 20, Maringá, 2006. **Anais eletrônicos...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2006. Disponível em: <<http://www.nupelia.uem.br/ciclo/ciclo2006.htm>>. Acesso em: 30 maio 2006.

ROMAGONOLO Mariza B.; DELARIVA, Rosilene L. Parque do Ingá e Parque Florestal dos Pioneiros (Bosque 2): Unidades de conservação ou áreas de depredação?. **Revista Teia**, jul. 2000. Disponível em: <www.pea.uem.br/teia/2000-jul/teia-art_02.html>. Acesso em: 30 maio 2006.

VILLALOBOS, Jorge Guerra. **Horto Florestal, passeio de sábado?**. Disponível em:<www.factoramanga.blogspot.com/2006_02_01_factoramanga_archive.html>. Acesso em: 19 jul. 2006.

ZAMUNER, Lourival Domingos. **Erosão urbana em Maringá/PR: o caso do Parque Florestal dos Pioneiros – Bosque II**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá – UEM. Departamento de Geografia. Maringá, 2001.

ZANATTA, Marcos. CMNP alega não ser mais dona do Horto. **Jornal O Diário de Maringá**, 15 nov. 2003. Disponível em: <www.odiariomaringa.com.br/noticia.php?not=36122&foto=15-11-2003>. Acesso em: 19 jul. 2006.